



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

___^a Sessão Ordinária da Primeira Câmara, dia 19/08/2014

ITEM ___

Processo: TC- 2.013/026/12 [Por favor, ignorar e-mail por engano.](#)

Prefeitura Municipal: Socorro

Exercício: 2012.

Prefeito(s): Marisa de Souza Pinto Fontana.

Acompanha(m): TC-002013/126/12 mais 02 anexos.

Fiscalizada por: UR-03.

Fiscalização atual: UR-03.

O processo em pauta trata das Contas do Executivo Municipal de Socorro, relativas ao Exercício de 2012.

A fiscalização "in loco" foi realizada pela Unidade Regional de Campinas - UR 03 que, em conclusão de relatório juntado às fls. 55/56 dos autos, apontou falhas quais foram devidamente justificadas por ocasião da juntada da defesa às fls. 68/127 e 132/153 dos autos.

Os Órgãos Técnicos da Casa (Assessorias de ATJ e Chefia), após analisarem todo o processado, **concluem** pela emissão de parecer favorável às contas ora em exame, com recomendações.

O Douto Ministério Público de Contas, também opinou pela emissão de PARECER FAVORÁVEL, com ressalvas e recomendações.

É O RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO.

As Contas do Executivo Municipal de Socorro, relativas ao Exercício de 2012, foram apresentadas com falhas de ordem formal, e as incorreções constatadas quando da inspeção "in loco", foram sanadas em parte, por ocasião da juntada da defesa.

Assim, considerando as manifestações unânimes dos Órgãos Técnicos da Casa e MPC, além de atendidos os índices constitucionais e legais, como por exemplo:

No Ensino (art. 212 da CF) o percentual aplicado foi de **26,75%**, das receitas de impostos, próprios e transferidos. Já dos recursos advindos do **Fundeb** (EC nº 53/2006), **85,91%** foram destinados aos **Profissionais do Magistério**.

Pessoal e Reflexos:	45,43%;
Saúde:	19,466%;
Superávit:	3,40%

Voto pela emissão de **PARECER FAVORAVEL** à aprovação das Contas em exame, excetuando-se os atos porventura pendentes de apreciação por parte deste Tribunal.

Ao cartório para notificar o Executivo Municipal quanto às recomendações oferecidas pelo MPC e ATJ.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

À UR-03, determino que em próxima inspeção certifique-se das providencias anunciadas por ocasião da juntada da defesa.

É o meu voto.

São Paulo, 19 de agosto de 2014.

Antonio Roque Citadini
Conselheiro Relator

EGS